

# O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A MORTE DE DOROTHY STANG: A TEXTUALIZAÇÃO NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA

*Ludmila Ferrarezi\**

*Lucília Maria Sousa Romão\*\**

*"Fossemos infinitos / Tudo mudaria / Como somos finitos / Muito permanece"* (Bertold Brecht)

## 1. O sentido da permanência

O sentido da permanência disposto pela voz do poeta ajuda-nos a introduzir o tema desse trabalho: o fato de que a natureza humana é finita, de que não se pode dizer tudo, de que as palavras nunca esgotam nem reproduzem fielmente os fatos e de que os relatos permanecem justamente pelas faltas e furos que lhe são próprios, consolidando um modo de compreender os atos de linguagem e seu funcionamento. Analisar o modo como a voz da missionária Dorothy Stang e o assassinato dela foram textualizados na reportagem da Revista Veja significa que colocamo-nos em um lugar teórico de estranhamentos, ou seja, desconfiamos da obviedade e transparência dos sentidos desse relato midiático. Reconhecemos que eles indiciam um modo de organizar, não apenas o fato em si, mas sobretudo, os sentidos sobre reforma agrária, concentração de terra, latifúndio, preservação ambiental e luta dos trabalhadores organizados politicamente.

Consideramos que os sentidos não circulam livremente na imprensa, isto é, estão atrelados a certos modos de representar as relações de poder, embora, em geral, sejam tratados como registro fiel da realidade e nomeados como fruto do trabalho objetivo e incansável de narrar os fatos puros. Na atualidade, eles engendram regiões supostamente capazes de apaziguar os conflitos, de estabilizar uma voz de autoridade e verdade, de promover uma triagem simbólica entre o que é tido como bom e mau, de estancar a hemorragia do caos instalado pelo assassinato da freira estrangeira, estabelecendo um único modo de dizer e legitimar esse dito, a saber, o sentido dominante. Ao pensarmos o discurso, o que interessa é a possibilidade de

investigar os múltiplos sentidos dos relatos jornalísticos, pois consideramos que *"todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominação de um deles"* (Orlandi, 2001:144).

Na contramão de aceitar o sentido dominante como efeito de evidência, realizaremos primeiramente um percurso teórico abordando os postulados da Análise do Discurso francesa para, em seguida, fazermos a análise dos dados, lembrando de antemão que esse trabalho não esgota os gestos de leitura nem as possibilidades de interpretação, visto que *"somos finitos"* e por isso *"muito permanece"*.

## 2. Questões teóricas da Análise do Discurso

A ideologia é um conceito importante para a teoria do discurso, pois tem o papel fundamental de regular os sentidos possíveis para o sujeito em determinadas condições. Assim, é intrínseca às noções de sujeito e de discurso, já que a ideologia é vista, segundo Pêcheux (1997), como o modo de interpelação dos indivíduos em sujeitos, *"sujeitos de seu discurso"*. Essa *"interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)"* (Pêcheux, op.cit.:163). O Glossário dos termos do discurso aponta o termo ideologia como sendo:

*"elemento determinante do sentido que está presente no interior do discurso e que, ao mesmo tempo, se reflete na exterioridade (...) efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a formação discursiva que o domina"* (Glossário de Análise do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <http://www.discurso.ufrgs.br/> Acesso em: 20.fev.2006.)

Assim, temos que o sujeito é uma posição e um efeito do discurso, ou seja, não *"é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido"* (Grigoletto, 2005: 1), ilusão essa definida por Pêcheux (1969) como esquecimento número um, aquele em que o sujeito supõe ser a origem dos sentidos, acreditando que os dizeres e as palavras brotam nele. O esquecimento número dois diz respeito a outra

ilusão: o sujeito confia na existência de uma relação termo a termo entre o seu pensamento e a sua palavra, apagando outros modos de dizer. Assim, *"o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia"* (Grigoletto, 2005: 3), o que o coloca em um lugar teórico diferente daquele em que as ciências positivas ou exatas o concebem, ou seja, temos que ele *"não é livre, ele é falado, isto é, dependente, dominado" (cativo pelo que diz); e tal assujeitamento é afetado pela ideologia, que disponibiliza certas zonas de sentido como permitidas e outras como proibidas para o sujeito"* (Romão e Tfouni, 2002).

Demarcamos que tal noção implica o reconhecimento de que há um lugar discursivo em que o sujeito se reconhece livre, quando é submisso, acredita que pode tudo dizer, quando está atrelado ao mecanismo de interpelação ideológica e supõe a completude como um efeito de sua palavra, quando há finitude e opacidade em seu dizer.

Isso tem relação com o objeto do nosso estudo, visto que a mídia funciona discursivamente assumindo uma posição de voz livre e independente (liberdade de imprensa já se transformou em um jargão bastante conhecido), de suposta verdade e completude, virtualmente buscando apagar outros modos de relatar os fatos e estabelecendo um sentido único, dominante. Aqui entra o segundo conceito importante para a teoria do discurso, a noção de efeitos de sentido (Pêcheux, 1969), que burla a inteireza do sentido único e postula que *"o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam."* (Orlandi, 2003: 42-43).

E se temos muitos sentidos, ao invés de um só, vale considerar que apenas um deles se torna dominante dadas as condições de produção e o contexto sócio-histórico-ideológico; o que nos permite inferir que as palavras significam diferentemente, dependendo da formação discursiva (FD) em que são produzidas, da formação ideológica (FI) a qual estão atreladas e da rede de memória na qual ancoram e a partir da qual se organizam. Torna-se fundamental, assim, relacionar o conceito de formação discursiva (FD), que é *"o lugar da constituição do sentido"* (Pêcheux, 1997:162) e que corresponde a *"aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito"*. (op.cit.:160) com a definição de interdiscurso,

que representa o já-dito que se constitui à revelia do sujeito e que se apresenta como uma superfície discursiva e ideológica, na qual se desdobram as FDs em função de relações de dominação, subordinação e contradição (Maldidier, 2003).

Considerando que o mecanismo ideológico naturaliza sentidos e faz com que eles pareçam evidentes para o sujeito em determinada situação, existe uma relação de permanente jogo entre o ato de dizer, o interdiscurso, a formação discursiva e a formação ideológica que pode ser dita da seguinte maneira: *"as palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas"* (Orlandi, 2003:80).

O interdiscurso tem como efeito o pré-construído, que corresponde ao sempre-já-aí, ao *"traço, no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a 'matéria-prima' da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência"* (Pêcheux, 1997:39-40). Ele *"fornece a ancoragem lingüística da tomada do interdiscurso"* (op.cit.: 34); é através do pré-construído que *"um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado 'antes, em outro lugar, independentemente"*, afirma Pêcheux (1997:156), marcando outro conceito-chave da teoria do discurso. Orlandi (2003:33) analisa o interdiscurso como sendo o *"conjunto de formulações feitas e já esquecidas e que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido..."*.

As regiões da memória que ora retornam do mesmo modo, ora irrompem como sentido outro e diverso, ganham materialidade no intradiscurso, no *"efeito do interdiscurso sobre si mesmo"* (Pêcheux, 1997:167), isto é, no fio do discurso, naquilo que se manifesta na formulação do sujeito no momento da sua atualização. Juntos, intradiscurso e interdiscurso representam o dizível. (Roberto, 2005).

Tais considerações teóricas são caudatárias de inúmeras reflexões sobre o funcionamento do discurso jornalístico. Nele podemos observar a retomada permanente do já-lá, ao mesmo tempo em que há uma tentativa de apagar as marcas do pré-construído e instalar a imagem de um presente deslocado de outras narrativas já ditas; assim, teríamos o efeito de um gerúndio (Bucci, 2002) incessante, em cuja teia o presente teria o status de objeto valioso, desligado do passado e do presente. Esse modo de produzir sentidos, de inscrever socialmente os dizeres e de fazer

construções imaginárias com as palavras nos interessa, visto que é isso que será interpretado na reportagem mais à frente. Nessa concepção, concordamos com Voese (1997) que afirma não existir um discurso "*ideologicamente neutro*" e o discurso jornalístico não escapa a essa regra, sendo também determinado ideologicamente; assim, nenhum dizer é inocente ou isento, tampouco o discurso pode ser concebido como transmissão de informação (Orlandi, 2001), mas configura-se como efeito de sentidos entre interlocutores, afetados por relações sociais.

Finalizando essa sessão teórica, marcamos que, segundo a Análise do Discurso, a exterioridade é constitutiva de todo dizer, está no centro e não nas bordas do seu funcionamento; isso nos leva a refletir sobre a relação entre as condições de produção do discurso e os dizeres manifestos pelos sujeitos em determinadas posições de poder ou despoter. Conforme Orlandi (2001), as condições de produção (exterioridade e processo histórico-social) são constitutivas do discurso visto que elas compreendem os sujeitos e a situação e podem ser definidas, em sentido amplo, como sendo as relações entre as classes sociais, as disputas de interesses e as tensões decorrentes da manutenção ou ruptura com o poder. Em sentido restrito, as condições de produção dizem respeito aos dados situacionais no momento em que o sujeito enuncia a partir da posição que lhe foi possível ocupar.

### 3. No discurso jornalístico: a palavra e a fotografia

Se por um lado a ideologia faz com que no discurso, em geral, e no discurso jornalístico, em particular, certos sentidos sejam naturalizados como únicos e permitidos, também é possível dizer que outros sentidos são silenciados e interditados. Torna-se importante ler essa dupla face: ao mesmo tempo em que algo é dito, outro modo de dizer é silenciado. Ao dizer, constitutivamente deixa-se de dizer outra coisa, o que Orlandi (1997) cunhou de silêncio constitutivo. O que promove as "escolhas" do sujeito é a ideologia que "*disponibiliza certas zonas de sentido como permitidas e outras como proibidas para o sujeito.*" (Romão e Tfouni, 2002). Dessa forma, é um engano pensarmos na idéia consolidada há muito tempo, da imprensa neutra, ou seja, de um jornal que apresenta os fatos com objetividade, isenção e verdade. Embora esses efeitos estejam ligados ao discurso jornalístico, estamos em um lugar teórico que os descarta aprioristicamente.

A ideologia afeta o sujeito fazendo com que ele se identifique com certa FD e, assim, propague certos sentidos. De acordo com Voese (1997: 25): "*aparentando manter o compromisso com a informação verdadeira a imprensa não deixa de incluir um julgamento nos seus textos (mesmo nos de aparência mais inocente).*" A ideologia, portanto, move o sujeito na direção de ocupar uma posição discursiva, que pode ser narrada como verdade, pode fazer falar os sentidos pertencentes à FD dominante ou pode inscrever um lugar contestatório de ruptura com os sentidos já naturalizados. Observamos que sempre há possibilidade de jogo, deslizamento de sentidos, trapaça do que está sedimentado sob a tríade da verdade, objetividade e neutralidade; assim, um fato pode ser discursivizado no editorial do jornal, filiando-se a uma determinada FD e, ao mesmo tempo, pode ser nomeado em uma charge inscrevendo outra FD. Na voz de um articulista de uma matéria assinada os sentidos sobre certa questão podem receber uma coloração favorável, criando um efeito de aceitação e construindo um recorte de certas zonas da memória; no mesmo jornal, um cartum pode denunciar a desordem, inscrevendo outras redes do interdiscurso e promovendo a emergência de efeitos de crítica e reivindicação.

É preciso notar como o discurso jornalístico reveste-se de uma aura de suposta objetividade, porém nunca é neutro, visto que está sustentado por disputas por regiões de poder, saber e dizer, cujos embates dão-se na conjuntura sócio-histórica. Considerando que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo do mundo exterior ao emissor e ao receptor, refere-se sempre aos fatos da realidade e enuncia de um lugar que se pretende marcado pelo uso obrigatório da terceira pessoa; esse predomínio da terceira pessoa faz com que tenhamos a impressão de que o texto jornalístico seja totalmente objetivo (Lage, 2003). Mesmo nos estudos empíricos têm-se dúvidas a respeito da neutralidade total e da garantia de isenção marcada pelo uso da terceira pessoa.

Para nós que trabalhamos com a teoria do discurso, objetividade, transparência, verdade e completude são apenas ilusões do/para o sujeito enunciar, como os esquecimentos número um e dois (Pêcheux, 1969), já descritos anteriormente; ilusões que correspondem a uma imagem de onipotência e onisciência (Bucci, 2002) que a mídia constrói e autoriza para si mesma e que sustenta a sua voz como legítima e confiável.

Do mesmo modo que as palavras publicadas nos jornais e revistas refletem esse imaginário de credibilidade, as fotografias muito exploradas nos impressos de hoje em dia também aparecem como sinônimo de verdade, pois tem-se a ilusão de que uma fotografia não implica escolha, de que é um dado real, de que ela documenta o fato ocorrido, de que trata-se de uma prova do acontecimento e, finalmente, de que a cena dói vista e captada pelos olhos bem abertos da mídia, incansavelmente dispostos, em várias partes do país e do mundo, para documentar tudo, ver todas as ocorrências, registrar toda a realidade com a certificação de autoridade de quem viu, estava lá, documentou e, assim, não pode ser questionado. Segundo Barros Filho e Bartolozzi, (1995:83): "*Fotojornalismo é instrumento poderoso de construção da objetividade aparente*".

Ampliando a discussão sobre a fotografia, apresentaremos inicialmente algumas considerações sobre a noção de verdade, objetividade e fidelidade como efeitos ideológicos da fotografia; efeitos estes que merecem uma interpretação menos ingênua do que aquela usualmente construída pela análise de conteúdo para explicar, compreender e observar a imagem no jornalismo.

*"(...) sabemos que a imagem fotográfica é uma marca, um traço automaticamente produzido por procedimentos físico-químicos da aparência da luz em determinado instante, acreditamos que ela representa de forma adequada essa realidade e estamos prontos a crer eventualmente que diz a verdade a seu respeito."*  
(Aumont, 1993:113 apud Smit, 2002:84)

Ao se pensar apenas nos "*procedimentos físico-químicos*" de caráter objetivo e que envolvem a produção da fotografia, há o esquecimento dos outros procedimentos e o silenciamento do ideológico, que determina a produção e a percepção do documento fotográfico, que reclama e constrói sentidos, o que nos interessa. A fotografia, percebida "*enquanto um documento revestido de certa veracidade e autenticidade*" (Smit, 2002: 84), reclama a interpretação do seu avesso, ou seja, a compreensão de que uma imagem ou qualquer recurso não-verbal envolve uma série de "escolhas", a saber, o enquadramento, o foco, os planos de disposição dos elementos, a cor, o recorte e exclusão de certos elementos, o destaque de outros, o horário e o momento em que a imagem foi congelada, a posição do fotógrafo em relação ao objeto: tudo isso inscrever sentidos sobre uma determinada realidade, que

não são neutros nem óbvios, mas que constroem, também, uma tessitura de saberes e poderes ditos e silenciados sobre o fato. Conforme Soares (2006: 164) a (falsa) idéia da fotografia como representante fiel da realidade tem relação com o fato de que ela revela um momento da realidade: *"Em virtude de a fotografia ser uma representação daquilo que foi, não há como negar que ela revela um momento da realidade"*.

Esse congelamento de um certo momento da realidade implica que outros momentos foram deixados de lado, outros passos da mesma ação foram apagados, outros ângulos foram esquecidos, outros modos de registrar a cena foram silenciados, enfim, que outras fotografias não foram mostradas. Ao materializar uma imagem ou uma fotografia, o discurso jornalístico mantém e faz circular apenas um sentido e uma representação da realidade, garante a permanência de uma única iconografia para falar de um assunto, fixa um momento como se ele significasse a seqüência de todas as ações e cristaliza apenas um modo de fazer ver e de dar-se a ver. *"Existe uma espécie de consenso de que o verdadeiro documento fotográfico presta contas do mundo com a fidelidade"* (Dubois, 2004), consenso este que é por nós descartado, posto que é preciso levar em conta as condições de produção da fotografia, a sua instância sócio-histórica e ideológica, a posição do sujeito-fotógrafo, as regiões de poder que ela instala ou apaga e o modo como ela produz sentidos.

O poder da imagem já está tão consolidado que ela é considerada, muitas vezes, uma substituta das palavras, contendo a suposta veracidade que àquelas faltaria. A fotografia, segundo esta visão, não mente, sendo uma espécie de prova que, conforme Dubois (2004 apud Soares, 2006:167), *"atesta indubitavelmente a existência daquilo que se mostra"*. Nessa perspectiva, como prova incontestável, a fotografia adquire a função de testemunho: *"A foto pode distorcer, mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem (...) uma foto - qualquer foto - parece ter uma relação mais inocente, e portanto mais acurada, com a realidade visível do que outros objetos miméticos"* (Sontag, 2004:16 apud Soares, 2006:167). Percebe-se que, mesmo considerando a possibilidade de distorção da fotografia, ainda se acredita em sua total veracidade. Ao dizer que a fotografia parece ter uma relação mais inocente com a realidade, a autora aborda uma questão sobre a qual temos uma opinião divergente: a fotografia, assim como os signos lingüísticos, não se constituem a partir de relações inocentes ou neutras, posto que são instâncias de significação do homem sobre si e sobre a realidade, assim, tais

relações implicam certas "escolhas" talhadas, possibilitadas e/ou interdidas pela ideologia.

A idéia de que a fotografia nos mostra um fato real, servindo como prova, é ainda reforçada por Soares (2006) através de termos usados para se referir à fotografia e seu mecanismo: "*revela*", "*exata*", "*simplesmente fala*" e "*absoluta*". Parece quase impossível não se deixar levar por este mito da neutralidade, tão bem delineado e associado ao discurso jornalístico que também ganha status de autenticidade, imparcialidade e fidelidade, principalmente no fotojornalismo.

*"o fotógrafo registra, mas isso não significa dizer que as imagens sejam despidas de intenção: do lugar que se ocupa, do que se pode e deve ser dito desse lugar, dos sentidos determinados pela formação discursiva a que se está assujeitado, dos agendamentos e das seleções previamente estabelecidas pelo editor"* (Soares, 2006, p.172).

Assim, há uma determinação de sentidos na produção da imagem fotográfica, afetada por um sujeito alocado em certa FD, pois "*as fotografias também constroem sentido*" (Soares, 2006: 173), não devem ser vistas, em sua materialidade de forma ingênua e neutra. Mais do que um instrumento de construção, narração e produção de sentidos sobre a realidade, as fotografias podem ser vistas até mesmo como um mecanismo de transformação das imagens socialmente inscritas sobre a realidade abrindo espaço para a assunção de outros sentidos e outros modos de dizer. Conforme Soares (2006: 174): "*as fotos não são um espelho neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real, como o discurso, por exemplo, e assim, também, historicamente determinada*". Invalida-se, portanto, a idéia de que a fotografia não reclama gestos de interpretação e leitura.

Soares (2006: 175) nos mostra que, ao contrário do que se pensa no senso comum, não há apenas uma interpretação da fotografia, a que condiz com a realidade, pois, "*a interpretação da fotografia se dá a partir das relações pessoais do observador. A fotografia então representa mais de um sentido: para quem observa, para quem fotografa, para a mídia a que ela se filia e para o integrante da cena fotografada*". Desse modo, há uma multiplicidade de olhares e de construção de sentidos que o discurso jornalístico tenta encobrir através do mito da realidade, forçando a apenas

uma interpretação, àquela que convém ao veículo jornalístico, apagam-se as outras FDs possíveis, os outros sentidos são silenciados de forma “natural”, o que põe em funcionamento *“um discurso autoritário (...) que cerceia as possibilidades de outras vozes, agendando a leitura/interpretação dessas fotos”* (Soares, 2006:178).

Mariani (1999, p.103-104 apud Soares, 2006, p.164), assim como nós, não acredita na objetividade da fotografia:

*“No entanto é uma ilusão supor um real primeiro, dotado de um sentido próprio e imanente que a fotografia poderia retratar fielmente. O que se vê numa foto são realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria. Longe de ser objetiva, portanto, uma fotografia representa um ponto de vista, i.e., quem fotografa constrói o instantâneo de uma cena (produzida ou instantânea) de acordo com seu ângulo de visão e, também, de acordo com as possibilidades técnicas que a máquina fotográfica oferece.”*

Assim, a imagem fotográfica é vista não mais como cena revelada, como reflexo da realidade, mas como espaço de construção de sentidos sobre ela, uma *“reconfiguração do que foi visto”*, como diz Soares (2006, p.164). Os agentes desta reconfiguração vão desde o fotógrafo até o dono do veículo midiático no qual a fotografia será publicada, moldada segundo a ótica que venda mais jornais. Não se pode esquecer da construção de sentidos feita pelo sujeito-leitor das imagens, é certo que ele sempre interpreta, mas ocorre que, muitas vezes, essa interpretação já é imposta ao sujeito-leitor por meio das legendas que *“explicam”* a imagem. O texto que acompanha as fotografias, as legendas fazem com que alguns sentidos sejam silenciados na leitura da fotografia, impondo-se, assim, uma *“única leitura possível”* (Soares, 2006). Compreendemos as legendas como um lugar de condensação dos sentidos, em que há fixação de um único modo de dizer, relatar, ordenar a imagem do fato, ou seja, elas *“interpretam’ a imagem, determinando-lhe uma significação, em detrimento de outras.”* Smit (2002:89).

Assim, as legendas jornalísticas são discursivizadas como a tradução fiel das imagens e dos fatos tal como ambos realmente ocorreram na realidade, fazendo com que a FD a qual o jornal se filia seja reforçada e não questionada, pois se trata

virtualmente de uma “verdade absoluta” e comprovada. Aliam-se, portanto, duas representações de objetividade: o dizer textualizado no discurso jornalístico funde-se à imagem da fotografia, formando, assim, uma tessitura de tramas tidas como objetivas, verídicas, merecedoras de credibilidade, que teria como fundamento comprovar uma relação que parece direta e natural entre o mundo, a palavra e o sujeito. Porém, se olharmos de perto todos esses elementos que aparentemente reforçam a “objetividade” jornalística, descobriremos pistas e marcas do sujeito interpelado pela ideologia. Cabe a nós ocupar a posição-leitor que busca tais pistas, que desconfia do manto das evidências óbvias, que duvida da transparência dos sentidos e que interpreta.

#### 4. A imagem de Dorothy no dizer da Revista Veja

Com base nos conceitos teórico-metodológicos apresentados até aqui, faremos a análise discursiva da reportagem textualizada na Revista Veja (edição de 23/02/2005), cujo título é “*A mártir da floresta*” e que tem como tema central a cobertura do assassinato de Dorothy Stang, escrita pelo jornalista Leonardo Coutinho. Temos o objetivo de rastrear pistas do funcionamento da ideologia, observar a remissão ao interdiscurso e interpretar o sujeito e o sentido que se produzem juntos nesse discurso. Faremos a análise deste corpus lingüístico, e em seguida, observaremos as fotografias e infográficos explicativos, marcando que eles também fazem parte do nosso corpus e que significam, reclamando, desse modo, a nossa interpretação.

No título, desenha-se a imagem da missionária americana como “*A mártir da floresta*”, ou seja, ela é nomeada como aquela que sofreu tormentos, torturas e padecimentos diversos por causa de sua fé cristã, como a representante da floresta que se sacrificou, sofreu e perdeu a vida por causa do seu trabalho de vinculado à preservação ambiental. Sabemos que essa imagem de mártir é discursivizada pelo dizer jornalístico, indiciando a posição ocupada pela voz de Dorothy e aquela ocupada pela voz da revista a respeito de Dorothy.

*“não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam*

*ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos- para as posições dos sujeitos no discurso (...) o que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito) (...) É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras.” (Orlandi, 2003: 40)*

Para compreender as condições de produção e o contexto sócio-histórico, determinadores das imagens e vozes dos sujeitos, marcaremos que o discurso da missionária natural dos EUA, que vivia há tempos no Brasil e se naturalizou brasileira, instalavam sentidos sobre a luta pelo desenvolvimento sustentável da floresta, o direito à terra e a mobilização dos trabalhadores. Tratava-se de mais do que uma mera atividade pastoral, visto que a voz de Dorothy inscrevia um outro modo de fazer circular efeitos sobre a estrutura agrária do país, a relação predatória dos fazendeiros com a floresta, a necessidade de emprego para os trabalhadores rurais da Amazônia, a urgência da criação de áreas de reflorestamentos. Dorothy, enfim, narrava o seu credo associando-o à tentativa de minimizar os inúmeros conflitos fundiários existentes na região, instaurando uma voz diversa daquela que era tida como dominante. Para nós, a análise que promovemos busca flagrar o que essa voz instala, como ela produz sentidos, a que regiões de memória está associada, enfim, com qual superfície imaginária e simbólica a mídia lida ao noticiar o assassinato da freira e do que a voz dela representava.

*“Em diversas ocasiões, a missionária enfrentou madeireiros e grileiros de terras tendo apenas a palavra como arma. Ela se sentia vulnerável. ‘Eles dizem que vão me matar. Mas é leviano. Só falam’, disse ela em uma entrevista a um jornal do Pará dias antes de ser trespassada por balas.” (p.56)*

*“Os homens que mataram a religiosa no sábado 12 representam inimigos que desejam uma situação bem diferente.” (p.54)*

Marcamos que a vinculação da imagem de Dorothy à condição de mártir constrói uma narrativa e um modo de dizer que ela foi vítima. O cenário de uma

guerra conta com alguns vilões, a saber, os pistoleiros, “*grileiros de terras*” e os “*madeireiros*”, enfim, “*inimigos*” que ameaçam a freira e constituem um “*eles*” perigoso. Ou seja, ela está inserida dentro do cenário em que há um grave problema nacional (na Amazônia) não solucionado nem pelo governo nem pela polícia, e é nesse contexto político-social que devemos observar a posição ocupada por Dorothy como um dizer que faz falar a falta de solução, a denúncia de práticas predatórias em relação à floresta e exploratórias em relação aos trabalhadores, o furo de uma realidade em que há exploração, violência e negação da cidadania.

Cabem aqui algumas perguntas que nos fizemos ao observar a enxurrada de noticiários e reportagens sobre o referido assassinato: como produz sentido o excesso da exposição dessa morte? Por que o caso Dorothy ganhou tanto destaque na mídia, enquanto que tantas outras mortes no Pará e no resto do país, movidas pelos mesmos motivos, foram esquecidas? O fato de Dorothy ser primeiramente estadunidense, como sempre é frisado, apesar dela ser naturalizada brasileira, religiosa, mulher e idosa, teria influenciado o lugar ocupado por ela na mídia? Com certeza, sim e nossa hipótese é fruto da observação de muitas reportagens jornalísticas divulgadas por diferentes órgãos de comunicação a respeito desse acontecimento. Observamos o funcionamento de FDs textualizadas em periódicos tidos como de esquerda, de direita, em documentos de aliados a madeireiros, em notas da Comissão Pastoral da Terra dentre outros, ou seja, lemos a materialidade lingüística de muitos dados, que não serão acopladas a esta análise e que nos serviram apenas como arquivo e exercício de interpretação. Neles, observamos a regularidade da imagem de Dorothy como “*mártir*”, significante que recupera zonas da memória tecidas pelo efeito de imolação religiosa, de entrega da vida por uma causa humanitária, que beira o misticismo, inscrevendo, assim, outros usos sociais que essa palavra já recebeu anteriormente. Em síntese: há um interdiscurso que sustenta esse significante, promovendo a emergência da imagem de uma morte sacralizada pela crença religiosa, que santifica a lutadora da floresta e que a desveste da roupagem política. Tal lugar de vítima e mártir é delineado nos recortes que se seguem, retirados da Revista Veja:

*“Polícia Federal saiu à caça dos pistoleiros que mataram a missionária numa das operações mais mambembes de sua história. Sem base de trabalho, os policiais alojaram-se numa palhoça. Sem telefone nem computador, usavam equipamentos da agência Banco do Brasil. Os carros para as buscas foram cedidos por madeireiros .”* (p.57)

*"Se raramente alcança os criminosos, o governo ainda complica as coisas quando decide agir" (p.60)*

Observamos que a imolação da freira é narrada de modo a criticar o governo e suas instituições, deslocando, assim, o foco principal da reportagem do campo semântico de assassinato e crime, descolorindo a denúncia e a crítica social dos possíveis mandantes e silenciando a questão agrária nacional. Marcamos que o deslocamento das causas do crime, supostamente desligadas da ação dos madeireiros conta uma outra história de sentidos, a saber, aquela que culpabiliza o governo Lula, cheio de *"operações mais mambembes"*, afinal *"o governo ainda complica as coisas quando decide agir"*. Como foi dito antes, essa imagem negativa do governo Lula é repetida por diversos veículos jornalísticos com a mesma regularidade que torna Dorothy uma mártir. Raros são os discursos em que a freira ocupa uma posição de vilã ou militante do movimento social na guerra contra o latifúndio, posicionada como combatente por direitos ou como perturbadora da ordem vigente, posição parecida à ocupada pelos trabalhadores rurais sem-terra na formação discursiva dominante.

Na seqüência *"Polícia Federal saiu à caça de pistoleiros que mataram a missionária"*, a marca lingüística *"pistoleiros"* soma-se a outras, materializadas na reportagem, tais como *"plano"*, *"inimigos"*, *"guerra"*, *"sacrifício final"*, *"batalha"*, *"vítima"*, fazendo falar um campo semântico que contribui para a imagem de Dorothy como vítima. *"Pistoleiro"* também faz circular a idéia de faroeste, de uma terra de ninguém, de um local marcado pela ausência da lei e abandonado pela polícia e pelo governo, em que uma verdadeira guerra ocorre, matando inocentes e vitimando a religiosa.

*"O assassinato da freira é uma barbaridade tão difícil de entender quanto um atentado suicida." (p.57)*

Chamamos a atenção para o modo como tal discurso silencia, na ordem da língua, os efeitos de questionamento sobre o uso da terra, a distribuição de riquezas, a exploração ilegítima da floresta e a violência contra trabalhadores rurais. Impedidos de serem ditos, tais sentidos são apagados. Na ação dos pistoleiros, nomeada como *"assassinato"*, *"barbaridade"* e dimensionada com a mesma crueldade de *"um atentado suicida"*, movimenta-se a prática corrente em muitas regiões do país em que homens

são contratados para cumprir a tarefa de matar religiosos, políticos, sindicalistas cuja voz, em geral, é indesejável para o sistema de poder e privilégios vigentes. No caso, "pistoleiro" nos indica um trabalho pago, encomendado e feito sob orientação e contratação de alguém ou grupo, o que flagra a relação de que há um outro contratante, que, no discurso da revista, não é dito. No lugar dele, discursiviza-se o governo Lula como o causador da morte da freira e, no limite, da própria pistolagem no Brasil.

A imagem da "A mártir da floresta" também é discursivizada como ambientalista, o que nos leva a inferir que a missionária é apresentada a partir de dois sentidos apresentados como estanques: de um lado, a mulher que lutava pela floresta, ambientalista que inscrevi sentidos sobre a preservação da Amazônia (essa muito falada) e, de outro, a imagem da simpatizante dos movimentos sociais do campo, da luta dos trabalhadores rurais e do MST (completamente silenciada). Na prática, essa separação não existia, mas no discurso sim e isso precisa ser marcado linguisticamente. A voz de Stang foi expansivamente rotulada como ambientalista e sua luta pela floresta foi destacada. Podemos dizer que houve um silenciamento de sua relação com os trabalhadores rurais sem-terra? Se essa ligação fosse abordada explicitamente na mídia, Dorothy Stang ainda poderia ser vista de uma maneira tão positiva? Seria falada como "religiosa", "mártir" e "vítima"? Ingressaria na fila daqueles que a revista, em outras reportagens, denomina como baderneiros? Indo mais a fundo, o silenciamento da relação da freira com os trabalhadores sem-terra é análogo ao silenciamento do próprio MST na mídia, o que reflete o seu apagamento como movimento político de massa, organizado, disciplinado em torno de símbolos e práticas educativas e produtivas. Diversos trabalhadores morreram nas mesmas circunstâncias de Stang, sem merecer destaque algum na imprensa e sem receber a denominação de "mártir", são anônimos, silenciados até no próprio nome. A respeito desses anônimos há, inclusive, a menção na reportagem, de outros dois homicídios ocorridos nos dias seguintes ao assassinato de Dorothy, mas nem sequer a identidade das vítimas foi mencionada:

*"Em Anapu, houve mais dois homicídios nos dias seguintes à execução de Dorothy." (p.57)*

Suspeitamos que, no discurso jornalístico, o vínculo de uma voz a campos semânticos de reivindicação, denúncia, crítica da estrutura social e mudança política

promove a emergência da imagem de baderna, desordem desobediência civil dentre outros ou então é relegada ao profundo silenciamento como é o caso do último recorte, ao passo em que a voz que se alia à floresta é talhada como mártir e vítima, no discurso da Veja. Podemos traçar um paralelo entre a forma dominante de retratar o trabalhador sem-terra e Dorothy Stang. Vejamos: Dorothy aparece como *"tendo apenas a palavra como arma"*, nas fotografias aparece como uma mulher aparentemente frágil, devido também à sua idade já avançada, o corpo magro, cabelos brancos e as rugas no rosto. É caracterizada pela revista como *"uma religiosa de 73 anos armada com uma Bíblia e munida apenas de discursos inflamados em favor dos desassistidos"*. Ela é vista como pacata e sorridente, figura adocicada cuja imagem ergue-se apoiada no chão da caridade, *"em favor dos desassistidos"*. Nessa formulação, as armas de Dorothy (*anos armada com uma Bíblia e munida apenas de discursos inflamados*) não matam de verdade, visto que a freira é apresentada como aquela que possui apenas a Bíblia e o discurso.

Já os trabalhadores rurais sem-terra, quando ganham espaço na mídia representados, na maioria das vezes, de acordo com a FD dominante, apresentados como violentos (eles, sim, têm e usam armas!), agitadores, foras-da-lei. Então, apesar de estarem ligados a Dorothy, a imagem da freira é colocada em uma posição diferente da deles, e é por isso que as duas imagens aparecem quase que desvinculadas na reportagem que estamos analisando, pois pertenceriam à formações discursivas diferentes, ou melhor, são tecidas e narradas como se fossem diferentes.

Observa-se que um reforço da indetificação da imagem de Dorothy à de *"mártir"* está na comparação com outros mártires (como Chico Mendes, Padre Josimo, etc), assim, ela não é a única, embora não seja igual a eles. Temos aqui uma morte entre outras, entretanto, mobilizando outra região da memória. Nota-se que, da mesma forma, a relação desses outros mártires com os trabalhadores sem-terra é enfraquecida no texto, em que esses mártires *"em comum tem o fato de ter feito o sacrifício final em batalhas de motivação política ou humanitária cujo sucesso ajudaria a atenuar o impacto ambiental da colonização da Amazônia"*. (p.56).

Mais uma vez, esses mártires se mostram mais como *"mártires ambientalistas"* nesse relato midiático e não como questionadores do latifúndio e da ordem social engendrada por ele. Emerge, na materialidade lingüística, o efeito religioso de imolação, de holocausto e de prática sacrificial em que alguns morreram em prol de *"batalhas de motivação política ou humanitária"*. Vale marcar que tais batalhas não são

descritas na reportagem, não têm causas anotadas, não aparecem com alvos especificados, ou seja, são ditas sem pontuar as estruturas sociais que elas questionam. Novamente, são silenciadas as vozes denunciadoras da concentração de terra e da busca predatória de lucros.

Reforçando o efeito de crítica ao governo, o caso Dorothy aparece como um “*pano de fundo*”. Há, para o governo, além da acusação de ser omissivo na prevenção e solução de crimes - foi dado muito destaque na mídia para a notícia de que o governo sabia das ameaças sofridas por Dorothy e que não fez nada para ajudá-la - a explícita acusação de que será o responsável “*pela maior onda de devastação já vista na Amazônia*” (p.60). Para evidenciar essa responsabilidade do governo brasileiro, utiliza-se discursivamente o recurso da citação de um especialista. Sabemos que esse recurso é muito comum no jornalismo e consta da utilização da voz de uma autoridade no assunto tratado, para se obter a tão falada credibilidade jornalística e o efeito de verdade da informação que a revista estaria divulgando. E se essa autoridade for estrangeira, o efeito ideológico de prestígio é ainda maior, já que em nosso imaginário social, o estrangeiro aparece como referência de poder e saber. Assim, ao buscar a voz desse outro de fora, o relato jornalístico assegura-se como aquele que tem acesso a fontes internacionais, dialoga com pesquisadores importantes de outras partes do mundo e apresenta uma prova irrefutável para o caso.

Nesta reportagem, há o depoimento de Gerd Kohlhepp, professor de Geografia Econômica e Social da Universidade Tübingen, na Alemanha, dizendo que: “*Depois de destruir as florestas da Malásia e da Indonésia, os madeireiros internacionais já colocaram o Brasil na mira. E eles chegarão pelas mãos do governo brasileiro.*” (p.61). Observamos aqui, na materialidade lingüística, os efeitos de uma retórica que aproxima o crime da freira à ingerência do Estado brasileiro, pois a voz do entrevistado constrói sentidos de alerta sobre as transnacionais e os “*madeireiros internacionais,*” marcando que a ação deles foi “*destruir as florestas da Malásia e da Indonésia*”, mas intensificando mais os efeitos de crítica sobre o governo Lula, que será o responsável por abrir as portas das matas e florestas brasileiras para a ação deles. A seqüência “*eles chegarão pelas mãos do governo brasileiro*” marca o efeito fatalista de futuro inevitável e uma realidade próxima a explodir, tendo como causa diagnosticada o governo Lula.

Ao ler que "*Irmã Dorothy não tinha um plano radical para os assentamentos*" (Id.), surgem algumas interrogações: seria esse o motivo pelo qual se tem uma visão positiva sobre ela? Por que ela não é "*radical*", radical como, por exemplo, a revista sempre nomeia e denomina os integrantes do MST? Mais uma vez, Dorothy é caracterizada de forma não-violenta como uma mulher religiosa, vista como uma pessoa que busca construir uma ordem pacífica, em contraste com a que podemos contrapor com a imagem de desordem atribuída ao trabalhador rural sem-terra, tida como carregada de efeitos de violência e truculência. É como se Dorothy e esses trabalhadores aparecessem unidos no trabalho cotidiano do trabalho, da cooperativa e da pregação, já que lutavam pela mesma causa da terra, da floresta e do desenvolvimento sustentável; e, ao mesmo tempo, fossem distantes no discurso jornalístico da Veja, ocupando os mesmos espaços discursivos mas assumindo posições diversas na luta política.

Em relação às críticas ao governo, duas páginas da revista, exteriores ao contexto da reportagem, também chamam a nossa atenção. A primeira é a página anterior ao início da reportagem, que contém uma propaganda do governo do Estado do Rio de Janeiro, em que é mencionado que o PIB do Estado do Rio obteve crescimento maior que o nacional. Sabemos que o governo carioca não é conduzido pelo Partido dos Trabalhadores, PT, e sim pelo PMDB. Então, podemos ler a propaganda: "*Governo do Estado do Rio de Janeiro - a gente trabalha de verdade*" (p.53). Dita nesse contexto, esse dizer implica a leitura do implícito de que o governo federal não trabalha de verdade, tanto quanto o do Rio de Janeiro; assim, segundo o discurso da Veja, temos um governo de mentira que finge trabalhar, mas não o faz; que parece governar, mas executa trapalhadas mambembes e que, por fim, sabe de denúncias e ameaças de morte a pessoas inocentes e não faz nada.

Podemos estabelecer uma relação entre a propaganda descrita acima e a reportagem que virá logo em seguida, virando a página da revista. A reportagem sobre "*A mártir da floresta*" faz circular efeitos de negligência, omissão e inércia do governo petista, já que ele não trabalha corretamente na resolução de crimes e dos conflitos. Acreditamos que a localização desta propaganda, anterior à notícia do assassinato de Dorothy Stang constrói uma rede de sentidos para o leitor, disponibilizando uma cadeia de dizeres a serem lidos, não de maneira estanque, mas no fio de uma continuidade. (Romão, 2004).

Ao final da reportagem sobre Dorothy, há um artigo intitulado “Lulômetro”, assinado por Tales de Alvarenga, que inscreve discursivamente uma crítica ao governo pelos supostos casos que envolvem corrupção de membros do PT.

*“No caso da freira assassinada, o governo agiu de forma exemplar. No caso Waldomiro, o processo não sai do lugar. No caso Celso Daniel, o ponteiro do Lulômetro não se mexe.”*

A cadeia de crimes de assassinato – Dorothy e Celso Daniel – e crime de corrupção – Waldomiro – compõe um quadro marcado pelos efeitos de impunidade e negligência, o que encerra a criação de um aparelho – Lulômetro – medidor do interesse do governo “*pelos crimes cometidos no país*”. Constrói-se aqui uma tessitura de leituras possíveis a partir de um mesmo fio – o governo Lula. Soma-se a costura de uma cadeia de signos lingüísticos e dizeres que traçam a imagem do governo carioca (que trabalha bem), a imagem da “*mártir da floresta*” e a imagem do PT do governo federal. Além de ser narrado como incapaz e imprudente, o governo é discursivizado também como corrupto, completando-se uma imagem pejorativa construída pela voz da revista.

Ao se mencionar o PT como “*antigo aliado dos ambientalistas*” (p.60), podemos ler o implícito de que o atual partido, agora no governo, mudou de objetivos e também de lado, após ter alcançado a presidência. Tais sentidos fazem falar a imagem de um governo negligente e criminoso, que tem culpa pela morte da irmã morta, assim outros algozes são silenciados e impedidos de serem nomeados. Dizemos isso apoiadas no conceito de silêncio constitutivo (Orlandi, 1997) que sustenta que todo dizer apaga outro modo de falar e toda palavra dita poderia virtualmente ter outra em seu lugar. O que a ideologia faz, é justamente permitir que o sujeito diga de uma maneira e, assim, silencie outra.

Passamos agora à análise de algumas fotos que ilustram as duas primeiras páginas da reportagem.



A imagem da freira aparece ao lado do título da reportagem: “A *mártir da floresta*”, destacada como *Especial*. Vestindo branco, a inscrição dos efeitos de paz e mansidão combinam com a posição e expressão do corpo de Dorothy. Em primeiro plano, ela está em é com uma caneta na mão, o que confirma a imagem de uma heroína à frente da floresta, que corre perigo e está em chamas. A imagem de ambientalista é reforçada pelo escrito de sua camiseta: “*a morte da floresta é o fim da nossa vida*”, que inscreve a equação lingüística (Mariani,1998) morte/fim e floresta/nossa vida, ou seja, a vida da floresta garante a continuidade da espécie humana. Ao marcar “*nós*”, o sujeito põe em funcionamento a implicação e responsabilidade de todos na preservação ou destruição da floresta.

Poderíamos pensar o significado dessa frase como a tradução da importância da floresta, que a mártir tentava proteger, para a vida do planeta. Podemos também, desconfiando do manto da objetividade que tenta instaurar apenas um sentido, pensar que a frase desliza do campo semântico da questão ambiental para fazer falar a morte da freira, já que a luta pela floresta agonizante em chamas, na fotografia, tem relação com a morte de quem tentava protegê-la. Em síntese: a morte da floresta implica a morte e extinção de seus defensores, que representam uma força menor no jogo de poderes, no qual o fogo corre ligeiro e o capital é acumulado com voracidade.

Destaca-se, na legenda da foto-montagem, o seguinte dizer: "A freira Dorothy Stang: sua luta pelos miseráveis ajudava a preservar a Amazônia." (p.55). Ora, como são falados e denominados pelo sujeito aqueles com os quais Dorothy trabalhava? Quem são esses *miseráveis*? Pelo que foi exposto sobre a freira, sabemos que ela viviam em meio a trabalhadores rurais sem-terra da Amazônia, que mais uma vez não são nomeados, aparecem apagados de sua identidade no discurso da revista e nomeados apenas pela sua identidade, tatuados apenas pela sua condição material de despoder econômico. "*Miseráveis*" é marca que os desqualifica, a priori, em uma sociedade como a nossa, sustentada pelo capitalismo financeiro, pela força da acumulação material e pelo imperativo do consumo.



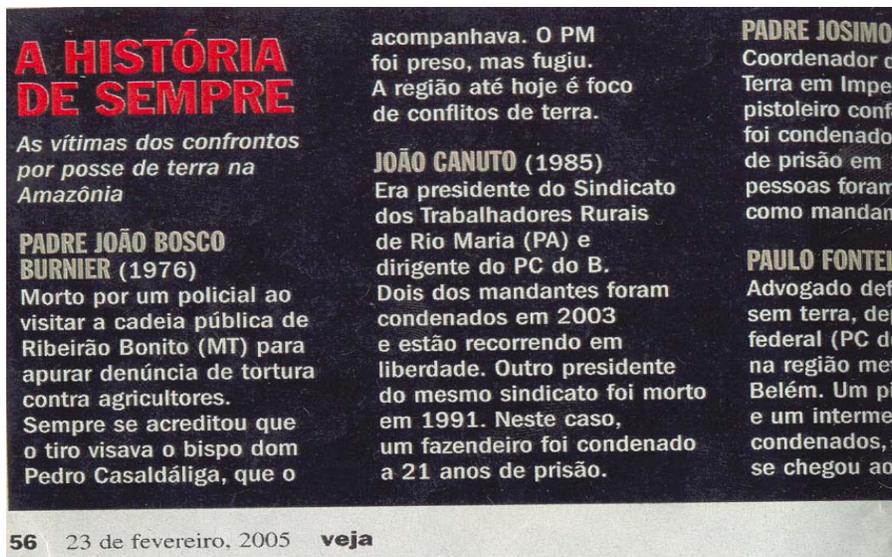
No quadro intitulado "A guerra da freira - As razões do conflito em Anapu", há o sentido belicoso de um conflito marcado por dois lados, de modo que os dois quadros desenham dois exércitos em posição de confronto, pois, no dizer da revista, estamos diante de uma "guerra". Do lado esquerdo, o porta-retrato com a foto em branco e preto da freira sorrindo instala os efeitos de saudade, ausência, distanciamento temporal e congelamento de um momento em vida e retomam um interdiscurso de lutas por direitos no país "desapropriação, assentamento, ação da polícia, programa de recuperação de áreas, financiamento e assistência técnica". "O que queria" marca o querer em um tempo verbal que não teve realização, um futuro não concretizado, tão distante quanto a imagem no porta-retrato. Os objetivos topicalizados em pontos azuis

indiciam o reforço de que as metas da irmã são pontuadas por uma ordem pacífica e se apóiam em leis e na reivindicação do cumprimento delas.

Do outro lado, em pé de "guerra", a formulação "O que querem os seus inimigos" marca o presente, fazendo circular o efeito de instantaneidade e de uma temporalidade próxima, algo possível e plausível já em curso no agora do país. O quadro de objetivos topicalizados em vermelho nos remetem a um interdiscurso de sangue, ira e violência, reforçando outros objetivos diferentes dos primeiros e, nessa diferença, marcados pelo efeito destrutivo e perigoso, que, na ordem da língua, são marcados pelas nomeações "fim dos assentamentos, expulsão, explorar mais madeira, obstruir a ação de entidades". A marca "inimigos" faz falar a posição de "vilão da guerra", em oposição à voz e aos sentidos da voz de Dorothy, tidos como pacificadores e utópicos em relação ao futuro.

A foto de Dorothy inserida neste quadro reforça a imagem de mansidão, já tecida com os signos lingüísticos, bem diferente da imagem colocada ao lado, isto é no lado dos "inimigos", de uma manifestação de trabalhadores rurais sem-terra. A legenda os trata como agitadores e a foto os congela empunhando suas armas reais – facões, foices e paus – em uma atitude que fixa o efeito de uma prática tida como agressiva no presente. Os seus instrumentos de trabalho, que por falta de terra não são utilizados, tornam-se os instrumentos da tal "guerra". Assim, uma vez mais, a imagem dos trabalhadores rurais sem-terra é denegrida e, neste caso, contraposta à posição ocupada por Dorothy, indicando diferenças e distâncias e não aproximando as duas vozes. Assim, o discurso da revista traça virtualmente duas FDs em rota de colisão, tamponando as semelhanças entre a voz da freira e a voz do MST.

Há um outro quadro, marcado pelo fundo negro que instala efeitos de morte e luto e que inscreve o seguinte título em vermelho: "A história de sempre". Essa formulação remete à uma memória de dizeres já construídos socialmente sobre líderes religiosos e políticos, fazendo falar outras vítimas de confrontos por posse de terra, aqui, tratados como mártires associados à Dorothy na sua condição missionária, em sentido amplo.



Nesse espaço, a imagem da freira, na condição de ambientalista, não é apresentada, emergindo, em lugar dela, a sua estreita ligação entre a luta pela terra e os trabalhadores. A bandeira de luta da irmã em favor da floresta estabelece um diálogo com outras vozes que são reverenciadas, constituindo, assim, uma tessitura textual de retomada e retorno de sentidos já-lá (Pêcheux, 1999) e de uma superfície da memória do/de dizer a luta pelo desenvolvimento sustentável da floresta, em prol também dos sentidos dados pela luta conjunta com as melhores condições de vida dos trabalhadores rurais.

Essa imagem de uma Stang religiosa que continua a fazer circular os mesmos sentidos já dados por "Padre João Bosco Burnier, João Canuto, Padre Josimo Tavares, Paulo Fonteles, Chico Mendes, Eldorado de Carajás, Reserva Roosevelt" se dá através de uma memória caudatária de vozes de outros mártires, aos quais ela se assemelha depois de morta, mas só depois de morta e não em vida. Marcamos que, na textualização dessa reportagem, não há exposição das fotos de Stang em meio aos trabalhadores rurais sem-terra, em atos políticos ligados a sindicalistas, em reuniões ou ações do MST: essa iconografia é silenciada, o que cria imaginariamente o lugar de que ela nunca existiu. Ou seja, a simetria entre Dorothy Stang e a "história de sempre" dá-se no pós-morte, na forma de morrer e não na de viver. Destacamos aqui, novamente, o efeito de mártir e vítima, visto que ela morreu como outros, embora não tenha vivido como eles; ou seja, a inocência e a injustiça dessa(s) vítima(s) parecem maiores do que aqueles que a luta política poderia instalar.

Ao se falar "*história de sempre*", há possibilidade de o sentido deslizar, apontando uma associação com a impunidade e transferindo ao governo a responsabilidade pela "*história*", pelo "*sempre*", pelas mortes e pelas vítimas. O governo brasileiro (e o governo do PT, em particular) apresenta-se como o autor dessa impunidade de sempre, derivada na maior parte dos casos de conflitos de terras em que os pistoleiros mercadeiam a vida de líderes religiosos, sindicalistas e políticos. A imagem dos cadáveres dos sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás, em 1996, instala um outro modo de observá-los, modificando a maneira como eles são usualmente fotografados. Vivos, os trabalhadores sem-terra carregam o efeito de perigo e a imagem de ações consideradas negativas, em geral empunhando bandeiras e instrumentos de trabalho como a foto acima reforça. No entanto, após suas mortes, tornam-se fonte de apelo, sensacionalismo, receita de venda de notícias, assumindo a posição de vítimas, não sendo mais, apenas, os causadores de conflitos sociais. Assim, são deslocados à condição de merecedores de piedade, de corpos vitimados a serem observados no seu despossuir. Antes da morte, uma ameaça; depois dela, o efeito de pacificação e de merecimento pela desordem que causaram. É assim que esse discurso constrói sentidos sobre o corpo do sem-terra; deitado no caminhão, sem nem a terra com palmas medida, não há mais nada a reivindicar e não existe ameaça de subversão da estrutura da sociedade, assim, o efeito de piedade instala-se. No caso de Dorothy é diferente, tanto o corpo vivo e quanto o cadáver morto indiciam os mesmos efeitos de pacificação, inocência, doçura, religiosidade e fragilidade.

Por fim, no quadro "*Uma imensidão de problemas*", o conflito de terras é visto como apenas mais um dos inúmeros problemas da Amazônia, que passam por diversos temas incluindo pecuária, mineração, dentre outros. Discursiviza-se o assassinato de Stang, pois, segundo a receita da mídia, assassinato constrói um forte apelo para vender jornais; ao mesmo tempo, há o "esquecimento" de dizer dos graves problemas que motivaram a luta de Dorothy, há o silenciamento dos sentidos políticos instalados por sua voz, há o banimento das circunstâncias sócio-histórico-ideológicas envolvidas no crime, que, no dizer e no olhar da revista, se resumem principalmente à responsabilidade do governo e de suas instâncias de atuação. Esta é mais uma das muitas indagações que fizemos ao longo desta análise; foram muitas as perguntas, pois sabemos que o discurso não tem um único e cristalizado sentido, não estabelece apenas um caminho de leitura a percorrer, mas supõe a prática de adentrar labirintos e vasculhar pistas, que envolvem tantos, muitos e outros sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Matheus. "A saga de Lampião pelos caminhos discursivos do cinema brasileiro". In: *Seminário de estudos em análise do discurso*, 2.,2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/matheusandrade.pdf>>. Acesso em: 20.fev. 2006.
- ARBEX JR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2001.
- BARROS FILHO, Clóvis de; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. *Ética na comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Editora Moderna, 1995.
- BUCCI, E. & KEHL, M. R. *Videologias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- COUTINHO, Leonardo. "A mártir da floresta". *Revista Veja*, Rio de Janeiro. p.53-61, 23.fev.2005.
- DIAS, Elder Pereira. "A formação discursiva do jogador de futebol em entrevistas para TV". In: *Seminário de estudos em análise do discurso*, 2. 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/elderdias.pdf>> Acesso em 20.fev.2006.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina de Lucena. "Na Linguagem artística da dança do ventre: o reencontro com a feminilidade no processo de subjetivação". In: *Seminário de estudos em análise do discurso*, 2.,2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/anacristinafigueiredo.pdf>>. Acesso em: 20.fev.2006.
- GRANGEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. "A propósito do conceito de formação discursiva em Michel Foucault e Michel Pêcheux". In: *Seminário de estudos em análise do discurso*, 2.,2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/claudiagranjeiro.pdf>>. Acesso em 22.fev.2006
- GRIGOLETO, Evandra. "Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO", 2.,2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/sujeito/evandra.pdf>> Acesso em: 22.fev. 2006.
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*.7.ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan, 1998.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, Eni. P. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. IN: *Papel da memória, vários autores*. Campinas: Pontes, 1999.
- ROBERTO, Maria Leda. "Efeito de pré-construído em cartuns". In: *Seminário de estudos em análise do discurso*, 2. 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <[http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interdiscurso/Maria\\_leda.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interdiscurso/Maria_leda.pdf)> Acesso em 20.fev.2006.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa ; TFOUNI, Leda Verdiani. "Vejam caros amigos: o litígio no discurso jornalístico". *Revista Achegas*, Rio de Janeiro, n.2, nov/dez.2002. Disponível em:< [http://www.achegas.net/numero/doi/lucilia\\_e\\_leda.htm](http://www.achegas.net/numero/doi/lucilia_e_leda.htm)>. Acesso em: 03.fev. 2006
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. "No lugar de presidente com o boné do MST". *Revista Achegas*, Rio de Janeiro, n.16, mar/abr.2004. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/dezesseis/lucilia\\_soraya\\_16.htm](http://www.achegas.net/numero/dezesseis/lucilia_soraya_16.htm)>. Acesso em: 03.fev. 2006.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. "Memória e atualização dos sentidos em três atos do discurso jornalístico". *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 7, n.5, jul/dez.2004. Disponível em: [http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq\\_5/ARTIGOS/5\\_lucilia%20maria%20souza%20romao.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_5/ARTIGOS/5_lucilia%20maria%20souza%20romao.pdf) >. Acesso em: 22.mar.2006.
- SMIT, Johanna Wilhelmina. "Documentação audiovisual". In: LIMA, Yedda Dias; SMIT, Johanna Wilhelmina (coord). *Organização de arquivos*. São Paulo: USP-IEB, 2002. p.79-94, v.3.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário das revistas semanais (1985-1990)*. 2006. 231f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Letras. Glossário de termos de discurso. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/>> Acesso em: 20.fev.2006.

VIANA, Francisco. *De cara com a mídia*. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

VOESE, Ingo. *O movimento dos sem-terra na imprensa: um exercício de Análise do Discurso*. 2 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

RESUMO: Esse trabalho pretende, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, promover um passeio teórico pelas noções de sujeito, sentido, condição de produção e interdiscurso para, em seguida, investigar o funcionamento discursivo da reportagem sobre o assassinato da Irmã Dorothy Stang na Revista Veja. Buscamos compreender como esse texto midiático, em particular, produz efeitos de sentido e, longe de ser neutro e objetivo, instala certas regiões de poder, legitima um modo de narrar e silencia certas zonas de memória para materializar outras.

ABSTRACT: That work intends, to the light of the Analysis of the Discursive of French filiation, to promote a theoretical walk for subject's notions, sense, production condition and interdiscursive for, soon afterwards, to investigate the discursive operation of the report on the murder of the Irmã Dorothy Stang on Revista Veja. We looked for to understand, as that report, in matter produces sense effects and, far away from being neutral and objective, it installs certain areas of power, it legitimates a way of narrating and it silences certain areas of memory to materialize others.

PALAVRAS-CHAVE: discurso jornalístico, sujeito, memória, Dorothy Stang, Revista Veja.

KEYWORDS: journalistic 's discursive, subject, memory, Dorothy Stang, Revista Veja.

\* Aluna do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da FFCLRP/ USP, bolsista de Iniciação Científica da Fapesp, processo no. 05/50652-8.

\*\* Profa. Dra. da FFCLRP/USP, Projeto Individual de Pesquisa, Processo 04/14995-5.